



Orçamento de 2015 prevê gasto superior a R\$ 1 trilhão com dívida pública

Maria Lúcia Fatorelli desmonta a tese de que vivemos uma "crise econômica" e afirma que a auditoria é a ferramenta para conhecer a real natureza da dívida pública

PÁGINAS 4 e 5

ESPECIAL

SMP dos engenheiros completa 50 anos em abril

PÁG.3

NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Trabalhadores do setor elétrico definem pauta

PÁG.7

Nonogn gnogni



CAFÉ & POLÍTICA

SINDICATO DISCUTE PAPEL DA INFORMAÇÃO

Entidades e movimentos sociais debateram, na sede do SENGE-RJ, a informação como direito ou negócio (foto ao lado)

PÁG. 8

REPETIÇÃO HISTÓRICA COMO FARSA

Há exatamente 52 anos, as mesmas classes dominantes que hoje articulam uma mudança de governo através de um atalho regimental (golpe), destituíram o presidente eleito e, usando os militares como instrumento político, mergulharam o país em mais de 20 anos de supressão das liberdades fundamentais, arbítrios, desmandos e repressão de toda sorte. Neste mais de meio século a história se repete como farsa, segundo Marx. Não tem mais tanques nas ruas nem o aparato policial e militar a intimidar a população, mas uma articulação capitaneada por Michel Temer, o temerário presidente do PMDB (Partido Mais Desmoralizado do Brasil) e figuras conhecidas do PSDB (Partido dos Sócios Dos Bancos) como FHC e José Serra.

O que eles não contavam era com as grandes mobilizações da população em geral contra o golpe em todas as capitais do país e a situação começa a se inverter. Renan Calheiros já declarou que a saída do PMDB do governo foi um erro e pode levar o partido mais fisiológico do Brasil a ficar isolado, pois o oxigênio que ele respira é o toma-lá-dá-cá e a barganha no balcão de negócios.

Temer pode ter feito o pior negócio de sua vida e um ascenso de massas pode levar a uma nova coalizão governamental, progressista e comprometida com mudanças estruturais na economia e na política brasileira.

Por uma nova coalizão das forças de esquerda no Brasil!

8 de março, mais um dia de luta e sonhos

SIMONE BAÍA*

“Quando o mundo inteiro está em silêncio, até mesmo uma só voz se torna poderosa”, disse Malala Yousafzai, ganhadora do prêmio Nobel e jovem ativista paquistanesa pela inclusão das mulheres na educação. Esta frase de Malala define a luta cotidiana de nós, mulheres. O silenciamento ainda é um forte instrumento de opressão do patriarcado, mas resistimos todos os dias na luta pelo empoderamento feminino. De acordo com pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a paridade salarial entre mulheres e homens vai levar mais de 70 anos para ser alcançada. Em nível global, a diferença diminuiu apenas 0,6% entre 1995 e 2015. Ainda de acordo com o documento, no mundo, as mulheres representam quase 65% das pessoas que estão na idade de receber os benefícios de aposentadoria e pensões, mas não recebem absolutamente nada. No Brasil, enfrentamos um cenário adverso, na contramão de qualquer possibilidade de avanço. Isso porque o governo federal anunciou a Reforma da Previdência, cuja proposta prevê a unificação da idade para aposentadoria entre homens e mulheres.

Mais uma vez, nós, mulheres, somos alvo de retirada de direitos. Embora sejamos maioria da população brasileira, ainda recebemos salários mais baixos, ocupamos menos cargos de poder no trabalho e acumulamos funções e jornadas. A divisão das responsabilidades familiares e domésticas ainda não é enfrentada no campo público, e tratada, invariavelmente, como tema do âmbito privado das famílias. No entanto, enfrentamos diferenças abissais de igualdade de direitos, desde econômicas até sociais. A licença-paternidade é um exemplo, pois, hoje, comemoramos a sanção de uma lei que amplia de 5 para 20 dias. Nós, mulheres, sabemos

a solidão que uma maternidade implica e a importância dos cuidados nos primeiros meses do bebê. A falta de uma licença-parental, ou seja, uma licença compartilhada para a família, faz com que nós, mulheres, todos os dias ainda olhemos no espelho para os nossos ombros solitários sobrecarregados de jornadas e tarefas.

A maternidade é um momento fundamental para a vida das famílias, que precisa ser compartilhada. Muitos países já avançaram, como a Suécia, onde os casais têm direito a 480 dias de licença-parental, divididos entre o casal. Esta é uma medida que beneficia o conjunto da família e, consequentemente, toda a sociedade.

A atual conjuntura política no país é temerosa para o conjunto da classe trabalhadora, ainda mais para nós, mulheres. Na engenharia, um setor historicamente masculino, temos acompanhado o aumento de mulheres nos cursos,

mas com lentos avanços nos espaços de poder nos locais de trabalho e uma preocupante retirada de direitos em cláusulas sociais nas negociações coletivas de trabalho. A conjuntura com a onda de demissões afeta diretamente nós, mulheres engenheiras, geralmente as primeiras nas listas de desligamentos.

O atual cenário, embora desfavorável, é uma oportunidade e um indicativo de que precisamos lutar em defesa da engenharia nacional, da democracia, pela ampliação de direitos e pelo povo brasileiro. O silêncio pode rondar como um fantasma shakespeariano de tragédias, mas nossas vozes, unidas pela construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna, são fortes e estrondosas na luta. Vamos juntas, com nossas vozes, histórias e coragem!

*Simone Baía é engenheira química e diretora da mulher da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge)

A divisão das responsabilidades familiares e domésticas ainda não é enfrentada no campo público, e tratada, invariavelmente, como tema do âmbito privado das famílias.



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA
Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Alcebiades Fonseca, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha, Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO EDITORIAL
Alcebiades Fonseca, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio

CONSELHO FISCAL
Luiz Antônio Cosenza, Rubem Corveto, Nei Rodrigues Beserra, Sonia Rodrigues, Antônio Carlos Soares Pereira, Antônio Gérson Ferreira de Carvalho

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:
Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)
Repórter: Marcelle Pacheco
Estagiária: Fernanda Ramos
Diagramação: Leonardo Santos
Revisor: NPC
E-mail: imprensa@sengerj.org.br
Tiragem: 3.000 exemplares
Periodicidade: Mensal
Impressão: Folha Dirigida



Salário Mínimo Profissional completa 50 anos em abril

Para o presidente do SENGE-RJ Olímpio Alves dos Santos, a luta por condições salariais e trabalhistas dignas continua atual

No dia 22 de abril de 2016, a lei 4.950-A, de 1966, completa 50 anos. Ela instituiu o Salário Mínimo Profissional (SMP) para profissionais graduados nos cursos superiores de engenharia, química, arquitetura, agronomia e veterinária. Idealizada pelo engenheiro e político brasileiro, Rubens Paiva, a lei é de autoria do então deputado e advogado Almino Affonso e fruto de debates e pressão por parte da sociedade civil e das entidades de engenharia. Para Olímpio Alves dos Santos, presidente do SENGE-RJ, a luta por condições dignas de trabalho e salário continua atual. “A lei foi uma importante conquista da categoria, mas seguimos hoje na luta para que ela seja realmente aplicada.”

A lei 4.950-A regulamenta a remuneração mínima obrigatória por serviços prestados pelos trabalhadores. O SMP deve ser proporcional à jornada de trabalho e à duração do curso no qual o profissional se graduou. O engenheiro que tem uma jornada contratual de seis horas diárias terá o salário-base mínimo equivalente a seis salários mínimos, caso tenha se graduado em um curso universitário com duração igual ou superior a quatro anos. Para aqueles que se formaram em cursos com duração inferior a 4 (quatro) anos, a Lei prevê o pagamento de cinco salários mínimos. Para os contratos de trabalho que apresentam uma jornada diária superior a seis horas, a Lei 4.950-A/66 garante um acréscimo de 25% sobre o valor da hora normal, a ser aplicado às horas suplementares à sexta.

No entanto, a aplicação do Salário Mínimo Profissional deixa a desejar, especialmente no setor público. “No Sindicato, por exemplo, nós recebemos muitas denúncias graves de

casos de sub-remuneração nas prefeituras e governos estaduais”, afirma Olímpio. Isso acontece porque a lei 4950-A/66 não se estende aos funcionários estatutários, regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU), se restringindo àqueles regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Segundo o presidente do SENGE-RJ, o setor público se utiliza dessa brecha legal para pagar salários aviltantes aos profissionais da engenharia, muito inferiores ao SMP.

A LUTA CONTINUA

Mesmo após a aprovação pelo Congresso Nacional, a lei 4.950-A recebeu o veto integral do então presidente da República, Marechal Humberto Castelo Branco. Foi a pressão política exercida pela sociedade civil organizada que levou à derrubada do veto presidencial, e posteriormente, à aprovação da lei.

Da mesma maneira, hoje ainda é necessário que a categoria se una para reafirmar a legitimidade do Salário Mínimo Profissional e garantir a sua plena aplicação. “O SMP é um dos principais direitos da categoria, que garante valorização profissional. Ainda há muita resistência no cumprimento da lei, mas os sindicatos e a Fisenge seguem firmes nessa luta. Defender o SMP é defender a engenharia brasileira”, afirmou o engenheiro civil Clovis Nascimento, presidente da Fisenge e diretor do Senge-RJ.

A Cartilha sobre o SMP, lançada em 2012 através de uma parceria entre o SENGE-RJ e o CREA-RJ, aponta algumas formas de realizar o enfrentamento às tentativas de burlar a lei. A primeira delas é intervir, através dos sindicatos e federações representativas da categoria, nos processos de negociação para fins de

O que fazer quando a empresa não cumpre o Salário Mínimo Profissional?

Caso o seu empregador não esteja cumprindo essa determinação, você deverá recorrer ao Sindicato da sua categoria, que dará toda a assistência necessária para garantir o cumprimento da Lei. De comum acordo com você, o Sindicato poderá denunciar o seu empregador por descumprimento da Lei para um ou mais desses órgãos:

- a) Delegacia Regional do Trabalho (DRT);
- b) Conselhos Profissionais;

c) Ministério Público do Trabalho.

Se a irregularidade persistir, você poderá acionar a Justiça do Trabalho reivindicando os seus direitos, seja através do Departamento Jurídico do sindicato ou através de advogado particular.

O horário de funcionamento do Departamento Jurídico do SENGE-RJ é das 9h às 18h.

Para agendar um atendimento, entre em contato:

E-mail: juridico@sengerj2.org.br
Telefone: 3505-0717

Confira o novo valor do Salário Mínimo Profissional em 2016

O salário mínimo nacional foi reajustado em 11,6% no dia 1º de janeiro de 2016, passando de R\$ 788,00 para R\$ 880,00, o que representa um aumento de R\$ 92,00. O piso salarial para engenheiros e engenheiras que trabalham 8 horas por dia, portanto, passou a ser R\$ 7.480,00. Para engenheiros que trabalham

7 horas por dia, o piso passou para R\$6.380,00 e para aqueles que trabalham 6 horas por dia, o piso mudou para R\$5.280,00. O novo valor começou a ser aplicado nos salários a partir de janeiro de 2016.

8 horas/dia = R\$ 7.480,00

7 horas/dia = R\$ 6.380,00

6 horas/dia = R\$ 5.280,00

firmar Acordos Coletivos. A outra é a criação de uma legislação específica estadual e/ou municipal que trate sobre o SMP, podendo também haver a luta pela inclusão da referência do Salário Mínimo Profissional nos Planos de Cargos e Salários e a criação de uma lei que conceda à

categoria o direito a um Piso Salarial Regional. Por fim, cabe também questionar a possibilidade de modificar a própria Lei 4.950-A/66, garantindo que o SMP também contemple os profissionais do setor público. O processo, no entanto, dependeria de uma reforma constitucional.

Entrevista / **Maria Lúcia Fattorelli**

Auditora explica mecanismos da dívida pública

Maria Lúcia Fattorelli desmonta a tese de que vivemos uma "crise econômica" e afirma que a auditoria é a ferramenta para conhecer a real natureza da dívida pública

Camila Marins • Fisenge

Em entrevista à Fisenge, a auditora aposentada da Receita Federal e coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli, explica os mecanismos da dívida pública, seus impasses e prejuízos para a economia brasileira. Se hoje vivemos uma "crise econômica", Maria Lúcia desmonta essa tese e aprofunda o debate sobre a importância do enfrentamento do Sistema da Dívida Pública no Brasil por meio de uma auditoria, que é uma ferramenta que permite conhecer e documentar a real natureza da chamada dívida pública.

• Em primeiro lugar, gostaria que explicasse o que é a dívida pública e a sua lógica na economia do país?

– Teoricamente, a dívida pública abrange empréstimos contraídos pelo Estado junto a instituições financeiras públicas ou privadas, no mercado financeiro interno ou externo, bem como junto a empresas, organismos nacionais e internacionais, pessoas ou outros governos. A dívida pública federal pode ser formalizada por meio de contratos celebrados entre as partes, ou por meio da oferta de títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional. O dado mais alarmante é o quanto do orçamento federal tem sido destinado apenas para pagamento e amortizações da dívida: 45% em 2014 e previsão de 47% para 2015. Ou seja, enquanto educação e saúde recebem menos de 4% cada, gastamos quase metade de tudo que arrecadamos pagando instituições financeiras priva-

das. O orçamento de 2015 prevê um gasto superior a R\$ 1 trilhão com a dívida. Dívida essa que sempre pagamos, mas nunca diminui.

A dedicação, por tantos anos, às investigações sobre as dívidas públicas no Brasil e em outros países nos permitiu identificar a existência de um "Sistema da Dívida", isto é, a utilização do endividamento público às avessas. Em vez de servir para aportar recursos ao Estado, o processo de endividamento tem funcionado como um instrumento que promove uma contínua e crescente diminuição de recursos públicos, que são direcionados principalmente ao setor financeiro privado. Além de diversas ilegalidades e ilegitimidades apuradas, inclusive por investigações feitas pela CPI da Dívida Pública, temos detectado também a geração de dívidas por meio de mecanismos financeiros, sem contrapartida alguma ao país. É por isso que é tão importante realizar a auditoria dessas dívidas, a fim de segregar o que é legítima e ilegítima.

• Como foi a experiência no Equador e recentemente na Grécia?

– Foi uma honra muito grande ter recebido o convite oficial para participar de iniciativas de auditoria tanto no Equador como na Grécia. Em ambos os países comprovamos a atuação do mesmo "Sistema da Dívida". O Equador provou a eficiência da ferramenta de auditoria. Em 2007, o presidente Rafael Correa editou o Decreto 472, mediante o qual criou uma comissão para re-



alizar auditoria da dívida interna e externa equatoriana, nomeando diversos membros nacionais equatorianos e seis internacionais. Todos os membros internacionais eram vinculados a alguma instituição relacionada ao questionamento do endividamento público, por isso tive a honra de ser uma dessas seis pessoas, representando a Auditoria Cidadã da Dívida. O resultado do trabalho foi impressionante, pois respaldou o ato soberano do presidente, que permitiu a anulação de 70% da dívida externa em títulos (bônus global 2012 e 2030). Essa auditoria permitiu uma inversão nos gastos governamentais, o que possibilitou a erradicação do analfabetismo, a multiplicação dos salários dos professores, a recuperação do sistema de saúde pública que já não existia no país, além da realização de diversos investimentos geradores de emprego.

A experiência na Grécia exigiu muita dedicação para análises dos complicados e incoerentes acordos firmados por autoridades gregas desde 2010. Apesar das dificuldades e do curto prazo (tivemos apenas sete semanas), pude contribuir e apresentar um relatório que indicou fatos até então desconhecidos.

O que apuramos na Grécia é muito grave e, mais uma vez, comprova o imenso poder do sistema financeiro. Em maio de 2010, sob a justificativa de necessidade de "preservar a estabilidade financeira na Europa", diversas medidas ilegais foram adotadas pelo Banco Central Europeu (BCE) e pela Comissão Europeia. Na prática, tais medidas visaram garantir o aparato que permitiria aos bancos privados livrar-se da perigosa "bolha", isto é, da grande quantidade de ativos tóxicos – em sua maioria títulos desmaterializados e não comercializáveis – que abarrotava contas "fora de balanço" em sua escrituração contábil. O objetivo principal era ajudar os bancos privados a transferir tais ativos tóxicos para os países europeus.

Um escândalo de grande proporção teria ocorrido lá em 2010, se esses esquemas ilegais tivessem sido revelados: a violação do Tratado da União Europeia; as alterações arbitrárias nas regras processuais por parte do BCE, Eurostat (órgão que cuida de normas estatísticas e contábeis) e do FMI, e especialmente a criação de uma sociedade anônima em Luxemburgo, EFSF, da qual são sócios os Estados-Membros, destinada a emitir



verdadeira tragédia: o país aprofundou gravemente seu problema de dívida pública; perdeu patrimônio estatal à medida que acelerou o processo de privatizações, assim como encolheu drasticamente sua economia: o PIB grego encolheu 25% de 2010 a 2015. Pior que tudo, tem amargado um enorme custo social representado pelas vidas de milhares de pessoas desesperadas que tiveram seu sustento e seus sonhos cortados pelas severas medidas de austeridade impostas desde 2010. Saúde, educação, trabalho, assistência, pensões, salários e todos os demais serviços sociais têm sido afetados de forma destrutiva. É lamentável o fato de o primeiro ministro Alexis Tsipras não ter aproveitado todo esse resultado para enfrentar o “Sistema da Dívida” naquele país, como soube fazer Rafael Correa.

De qualquer forma, o convite para atuar como membro da comissão de auditoria da dívida no Parlamento Grego coroou anos de contato com os movimentos sociais gregos, o que ocorria desde 2011, quando tive oportunidade de participar de grande conferência em Atenas, sobre Dívida e Austeridade.

• **Hoje, com a atual conjuntura econômica e política no Brasil, a auditoria da dívida pública poderia contribuir para a retomada em investimentos sociais? De que forma?**

– Evidentemente, a auditoria irá evidenciar as dívidas ilegais e ilegítimas que devem ser anuladas, aliviando recursos para investimentos sociais e econômicos. Recurso é algo que não falta no Brasil. Nosso país é considerado, atualmente, a 9ª maior economia mundial. Até poucos meses atrás éramos a sétima, mas a economia do país encolheu, devido ao cenário de crise que tem provocado a queda do PIB, a desindustrialização, a queda da atividade comercial, o desemprego crescente, o arrocho salarial e sucessivos cortes de gastos e investimentos governamentais em todas as esferas – federal, estaduais e municipais.

Esse cenário de escassez não combina com a realidade do Brasil, marcado por imensas potencialidades e abundância. Todo ano a dívida compromete quase a metade do orçamento federal e também parte dos orçamentos estaduais e municipais, além de pautar o modelo econômico voltado para a concentração de renda e riqueza e para a

exploração de nossos recursos naturais. A ferramenta para enfrentar o “Sistema da Dívida” é a auditoria.

• **Por que o Brasil não enfrenta essa questão?**

– O setor que mais se beneficia do “Sistema da Dívida”, tal como ele vem funcionando, é o setor financeiro nacional e internacional. Tal setor vem exercendo forte dominação, influenciando em diversos âmbitos: econômico, político, legal e de comunicações. Especialmente devido ao financiamento de campanhas eleitorais, o setor financeiro e as grandes corporações (que também são ligadas ao setor financeiro) controlam o

“
Gastamos
quase metade
de tudo que
arrecadamos
pagando
instituições
financeiras
privadas
”

funcionamento de parte significativa do poder político no Brasil, tanto do Legislativo como do Executivo em todos os níveis – federal, estadual e municipal. Assim, garantem a implementação de legislação que viabiliza a concessão de privilégios financeiros, benesses tributárias e acesso a bens e riquezas nacionais por meio das contínuas privatizações e exploração mineral. O Sistema da Dívida garante elevados privilégios para esse setor, devido à manutenção dos generosos rendimentos proporcionados pelos juros mais elevados do mundo que incidem sobre os títulos da dívida brasileira. Não é à toa que os lucros dos bancos no Brasil são os mais escandalosos do mundo.

O funcionamento da economia nacional está amarrado por causa do atrelamento político a compromissos que beneficiam somente o “Sistema da Dívida”,

e que estão matando a economia real geradora de emprego e renda (micro, médias e até grandes empresas industriais e comerciais). O mais grave é a insana manutenção das taxas de juros em patamares absurdamente elevados, sob a falsa justificativa de controlar a inflação. Todos sabemos que a inflação verificada no Brasil é decorrente de outros fatores que não são afetados por elevados juros: aumento abusivo das tarifas dos preços administrados (energia, telefonia, combustível, transporte etc.), e elevado preço de certos alimentos. Tanto os preços administrados como os preços dos alimentos não baixam quando a Selic sobe. Juros elevados só têm servido para sangrar as finanças do país, prejudicar a economia real e provocar crescimento acelerado da própria dívida.

Enquanto esses setores que se beneficiam do Sistema da Dívida dominarem a classe política, dificilmente o tema será devidamente enfrentado no Brasil. Para que consigamos realizar a necessária auditoria precisamos construir ampla mobilização social consciente sobre a relação direta do “Sistema da Dívida” com a situação do país e das pessoas. Não é tarefa fácil, mas continuaremos trabalhando por esse ideal, pois acreditamos que é uma questão essencial para a melhoria das condições de vida no País.

• **Como funcionaria uma auditoria da dívida pública no Brasil?**

– A auditoria deveria ser uma rotina obrigatória permanente, realizada de maneira integral, com transparência e participação cidadã. A Constituição Federal prevê a realização de auditoria da dívida por meio de uma comissão parlamentar mista, integrada por senadores e deputados federais. O Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União possuem a atribuição de realizar auditoria da dívida, mas não têm cumprido tal obrigação. O Ministério Público também tem se omitido. O que se vê é uma completa omissão em relação a esse grave tema que tanto afeta a economia nacional e a vida das pessoas. Por isso, a atuação cidadã é fundamental. Afinal, somos nós que estamos pagando essa conta.

¹ O PIB – Produto Interno Bruto – corresponde à soma das riquezas produzidas pelo país por ano.

papéis. Tudo isso apenas para resgatar bancos privados, à custa de um risco para toda a Europa, devido ao comprometimento dos Estados-Membros com garantias bilionárias que cobririam ativos tóxicos problemáticos não comercializáveis e desmaterializados.

Este escândalo nunca aconteceu porque, em maio de 2010, a mesma reunião extraordinária do Conselho de Assuntos Econômicos e Sociais da Comissão Europeia, que discutiu a criação da companhia luxemburguesa EFSF “Veículo de Propósito Especial”, deu uma importância especial para o “pacote de apoio à Grécia”, fazendo parecer que a criação daquele esquema era para a Grécia e que, ao fazê-lo, estariam garantindo a estabilidade fiscal para a região. Desde então, a Grécia passou a ser o centro de todas as atenções, persistentemente ocupando as manchetes dos principais veículos de comunicação de todo o mundo, enquanto o esquema ilegal que efetivamente tem suportado e beneficiado os bancos privados permanece nas sombras.

Depois de cinco anos, os bancos conseguiram tudo o que queriam. Por outro lado, a Grécia mergulhou numa

Engenheiros repudiam aprovação de projeto que entrega pré-sal

O Brasil sofreu uma noite de derrota no Senado Federal. Isso porque foi aprovado, no dia 24 de fevereiro, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 131/2015, que pretende alterar a lei da partilha do pré-sal, inclusive na obrigatoriedade de que a empresa seja responsável pela "condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção". No entanto, por meio de acordos entre o governo e os partidos de oposição, foi construída uma proposta "alternativa", cujo texto mantém a preferência à Petrobrás, mas se não houver interesse em 30 dias, a decisão será transferida para o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A gravidade é a clara mudança de modelo de uma empresa pública, que passa a ter suas operações dependentes de uma decisão externa, ou seja, dependendo de modelos não alinhados a um projeto de país justo e soberano. O governo renunciará a uma política de Estado na gestão e operação da

Petrobras. Este projeto, de caráter entreguista, tem o objetivo claro de facilitar a abertura indiscriminada de nosso mercado aos produtos e serviços estrangeiros e destruir o acúmulo de conhecimento e tecnologia brasileiros. O autor do projeto, senador José Serra (PSDB-SP), afirma que a Petrobrás não tinha capacidade de promover investimentos futuros no pré-sal e com a queda da exigência aceleraria a exploração do petróleo. No entanto, a Petrobrás é referência internacional na extração de pré-sal em águas profundas, o que desmonta seu argumento. A Petrobrás foi construída pelo povo brasileiro e em suas mãos deve permanecer. Reivindicamos o caráter público e estatal da Petrobras e nós, engenheiros e engenheiras, lutaremos em defesa da soberania nacional e do petróleo brasileiro. O momento é de unir forças e pressionar pela rejeição da matéria na Câmara dos Deputados. O pré-sal é nosso!

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2016
Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge)

A aprovação da mudança na lei do pré-sal ocorreu a partir de um acordo entre PSDB, PMDB e outros parlamentares da oposição

Confira como cada senador votou:

VOTO SIM

Aécio Neves (PSDB-MG)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Alvaro Dias (PSDB-PR)
Ana Amélia (PP-RS)
Antonio Anastasia (PSDB-MG)
Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Blairo Maggi (PR-MT)
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)
Ciro Nogueira (PP-PI)
Dalírio Beber (PSDB-SC)
Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Fernando Coelho (PSB-PE)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Garibaldi Alves Filho (PSDB-PA)
Gladson Cameli (PP-AC)
Hélio José (PMB-DF)
Ivo Cassol (PP-RO)
José Agripino (DEM-RN)
José Maranhão (PMDB-PB)
José Medeiros (PPS-MT)

José Serra (PSDB-SP)
Lúcia Vânia (PSB-GO)
Magno Malta (PR-ES)
Marta Suplicy (PMDB-SP)
Omar Aziz (PSD-AM)
Otto Alencar (PSD-BA)
Paulo Bauer (PSDB-SC)
Raimundo Lira (PMDB-PB)
Ricardo Franco (DEM-SE)
Roberto Rocha (PSB-MA)
Romero Jucá (PMDB-RR)
Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Sandra Braga (PMDB-AM)
Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Valdir Raupp (PMDB-RO)
Vicentinho Alves (PR-TO)
Waldemir Moka (PMDB-MS)
Wellington Fagundes (PR-MT)

VOTO NÃO

Acir Gurgacz (PDT-RO)
Ângela Portela (PT-RR)
Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Donizeti Nogueira (PT-TO)
Douglas Cintra (PTB-PE)

Edison Lobão (PMDB-MA)
Elmano Férrer (PTB-PI)
Fátima Bezerra (PT-RN)
Fernando Collor (PTB-AL)
Gleisi Hoffmann (PT-PR)
João Alberto Souza (PMDB-MA)
João Capiberibe (PSB-AP)
José Pimentel (PT-CE)
Lasier Martins (PDT-RS)
Lindbergh Farias (PT-RJ)
Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Paulo Paim (PT-RS)
Paulo Rocha (PT-PA)
Randolfe Rodrigues w(Rede-AP)
Regina Souza (PT-PI)
Reguffe (sem partido-DF)
Roberto Requião (PMDB-PR)
Romário (PSB-RJ)
Simone Tebet (PMDB-MS)
Telmário Mota (PDT-RR)
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

ABSTENÇÃO

Cristovam Buarque (PPS-DF)
Humberto Costa (PT-PE)

RESISTÊNCIA E LUTA!

A CUT, a FUP e outros movimentos sociais participaram, no dia 2 de março, da audiência da Frente Parlamentar em Defesa da Petrobrás. O espaço ocorreu em um auditório da Câmara dos Deputados, com o objetivo de aumentar a pressão contra os parlamentares entreguistas.

As entidades, que também integram a Frente Brasil Popular, convocaram toda a sociedade para partici-

par do Dia Nacional de Mobilização em 31 de março. Foi realizada uma grande manifestação em Brasília, contra a reforma da previdência, o ajuste fiscal e os cortes nos investimentos sociais, em defesa do emprego e dos direitos dos trabalhadores, pela saída de Cunha e contra o impeachment. A defesa do pré-sal como patrimônio genuinamente nacional também faz parte dessa luta.

Lei Antiterrorismo é sancionada com vetos pela presidente Dilma

A Lei 13.260/16 foi sancionada por Dilma no dia 16 de março, e tipifica o terrorismo no Brasil

No dia 16 de março, a Lei 13.260/16, também conhecida como Lei Antiterrorismo, foi sancionada por Dilma Rousseff. A presidenta apresentou oito vetos ao Projeto de Lei 2016/15, que foi elaborado pelo Executivo e aprovado pela Câmara dos Deputados, no final de fevereiro.

Com os vetos, a tipificação de terrorismo ficou como atos de sabotagem, de violência ou potencialmente violentos por xenofobia, discriminação ou pre-

conceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública.

Segundo a lei, ela "não se aplica à conduta individual ou coletiva de pessoas em manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou de categoria profissional, direcionados por propósitos sociais ou reivindicatórios, visando a contestar, criticar, protestar ou apoiar, com o objetivo de defender direitos, garantias e liberdades constitucionais".

No entanto, mesmo com os vetos presidenciais, a Frente Brasil Popular lamentou a aprovação da lei. "Os vetos

ao texto sem dúvida o deixam 'menos pior'. Isso, entretanto, não retira o potencial que tem essa lei de servir como instrumento à arbitrariedade crescente e despudorada de policiais, promotores e juízes." Para o movimento, a legislação será utilizada para criminalizar os movimentos populares.

Em nota, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) aponta que o projeto sequer é necessário, uma vez que já existem leis suficientes para enquadrar ações de grupos terroristas no Brasil. O grupo entende que o governo deveria se empenhar para garantir à sociedade o direito à manifestação. "O governo poderia começar por retirar do ordenamento

jurídico entulhos autoritários como a Lei de Segurança Nacional que, vez ou outra, serve para criminalizar legítimas lutas sociais." E reforça: "lutar não é crime e nem terrorismo".

O Escritório para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) também criticou a aprovação do PL 2016/15, ainda em fevereiro. Amerigo Incalcaterra, representante do ACNUDH na América do Sul, considera que a proposta apresenta disposições e definições vagas e imprecisas, sendo incompatível com as normas internacionais de direitos humanos. Incalcaterra avalia que essas ambiguidades podem causar arbitrariedades.

Determinação do TRT anula empregos com comissão na Eletrobras

As vagas deverão ser preenchidas por concurso público ou por lei federal específica

O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (Distrito Federal e Tocantins) determinou, no dia 24/02, que a Eletrobras não poderá mais contratar trabalhadores por comissão. Os funcionários que estiverem nessa condição deverão ser afastados, e os cargos devem ser preenchidos através de concurso. A decisão é comemorada pelas entidades representativas dos trabalhadores do grupo Eletrobras, incluindo o SENGE-RJ. Para Gunter Angelkorte, diretor de negociações coletivas do Sindicato, o resultado do julgamento foi muito positivo. “Historicamente, as empresas se apoiam no artigo 37 da Constituição Federal para contratar apadrinhados. Mesmo não sendo concursados, esses funcionários recebem salários altos e ocupam instâncias importantes de decisão”.

Segundo o engenheiro, em muitos casos, os funcionários chegam a esses cargos sem formação ou experiência suficientes. “Isso pode causar problemas sérios para o bom funcionamento da empresa”. Gunter avalia que a decisão pode inibir os apadrinhamentos e as contratações de trabalhadores despreparados.

A ação foi uma iniciativa do Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal, primeiramente ajuizada na 6ª vara do trabalho de Brasília. De acordo com a notícia publicada no site oficial do MPT, além de anular os empregos em comissão, a decisão de primeiro grau fixava o pagamento de indenização de R\$ 200 mil. A Eletrobras tentou recorrer, mas todos os embargos foram rejeitados pelo TRT10.

Trabalhadores do setor elétrico definem pauta de reivindicações

Foto: Katarine Flor

Eletricitários defendem reajuste com ganho real, salário mínimo profissional e o fim das privatizações no setor elétrico

No dia 18 de março, foi realizado o terceiro e último dia do Planejamento do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE). Num primeiro momento, houve a retomada da discussão da pauta de reivindicações para o ACT 2016, com a apresentação das alterações sugeridas no dia anterior. Dentre as alterações propostas, destaca-se: nas cláusulas econômicas reajuste salarial com ganho real, nos mesmos moldes do ano anterior, com base no ICV-DIEESE, mais ganho real de 1,17%, baseado no cálculo da média geométrica do consumo de energia elétrica nos últimos três anos.

Fernando Queiroz, do SENGE-MG, avalia como positiva a estratégia adotada pelo CNE, que mantém a pauta de reivindicações utilizada na negociação anterior. “Esta pauta contempla os anseios dos trabalhadores levantados na Intersindical Furnas e através da pesquisa da FISENGE”, diz. No entanto, ele ressalta que existe a necessidade de negociar de forma diferente, a fim de buscar resultados melhores do que no ano anterior.

José Ezequiel Ramos, diretor do SENGE-RO, destaca que a manutenção da pauta do ano passado contempla as principais reivindicações das categorias dos Engenheiros, em especial a dos de Rondônia, com exceção da adequação do PCR. “Esse PCR não levou em consideração a experiência profissional dos trabalhadores que construíram as empresas até a implantação do referido plano. Cabe destacar que a participação da FISENGE nesta reunião de planejamento do CNE é uma iniciativa muito positiva e que deve ser melhorada a cada ano”, afirmou.

Após deliberação sobre a pauta, Gustavo Teixeira, do DIEESE, expôs alguns aspectos sobre a reivindicação da PLR que ele considera importantes. Ele alerta que dividir a parte operacional dos resultados com base no CMDE tem dois lados. “O positivo é que há



SENGE-RJ e FISENGE participaram do Planejamento no Coletivo Nacional dos Eletricitários

uma meta estabelecida, enquanto que o negativo é que nós não interferimos nela”, afirmou. Ainda segundo Gustavo, outra questão ainda pendente é como se mensurar as metas, já que o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) não considera nenhum resultado abaixo de 80% como positivo para o pagamento da PLR.

Luciana Fonseca, diretora do Sindeletró-CE, realizou uma apresentação na qual avaliou o histórico, dificuldades e parâmetros para a discussão da PLR, preparada pela assessora do DIEESE na subseção do SENGE-RJ, Cristiane Garrido. A sindicalista avalia que entre os maiores desafios para a negociação está o debate sobre lucratividade, tendo em vista a insistência da empresa em considerar apenas o lucro real, sem considerar as metas estabelecidas no CMDE para o lucro e para o EBITDA. A outra, destacada por ela, está relacionada aos pesos que estão vinculados a cada indicador. “Dependendo dos pesos, um indicador que esteja ruim pode anular outro positivo”, diz.

Gunter Angelkorte, diretor do SENGE-RJ, integra a comissão de negociação da PLR representando a FISENGE. Segundo ele, na última reunião que houve com a empresa, em 28/12, a Eletrobras introduziu de forma unilateral os parâmetros relacionados com índices da Bovespa. No caso das geradoras, Furnas, Chesf, Eletrosul e Eletronorte, este parâmetro significa 20% das metas operacionais. No das geradoras, Eletronuclear e CGTEE, significa 60% das metas operacionais. “Isso significa desrespeito à sentença proclamada pelo Ministro do TST, Ives Gandra. E coloca

em sério risco o recebimento da parte da PLR correspondente às metas operacionais (uma remuneração). Portanto, a categoria deve se preparar para a mobilização”, opina.

Para Maílson Silva Neto, dirigente do SENGE-PE, “o que está se apresentando como Participação de Lucros e Resultados é realmente preocupante. A adoção de índices de mercado na composição da PLR significa impor ao trabalhador desafios que fogem ao seu controle. As empresas do Sistema Eletrobras estão em uma situação desafiadora e não é de curto prazo. Da forma como está posta, a PLR para os trabalhadores é para inviabilizar o recebimento de duas folhas de remuneração garantidas”.

Ulisses Kaniak, diretor de negociação da FISENGE, exalta a participação dos engenheiros em todas as fases do planejamento da campanha do CNE. “Os SENGEs estiveram presentes em quase todas as Intersindicaís, os representantes contribuíram respondendo nossa pesquisa e os diretores e assessorias tiveram protagonismo nas discussões realizadas nesses três dias, em Manaus”, ressalta.

Agamenon Oliveira, diretor do SENGE-RJ, avalia que os trabalhadores do Setor Elétrico enfrentarão o processo mais difícil de negociação, devido à conjuntura política que o país atravessa. “Nesse sentido, a negociação do setor deve se inserir no contexto da defesa das reivindicações do acordo, mas também não podemos esquecer as bandeiras históricas da classe trabalhadora como um todo”, afirma. Ele destaca que este será o grande dilema dessa negociação.

CAFÉ & POLÍTICA DISCUTE A INFORMAÇÃO

Encontro realizado no dia 18 de março debateu a informação como direito ou negócio

O SENGE-RJ recebeu militantes e entidades para mais uma edição do Café & Política. Nesta edição, o debate girou em torno da questão da informação: ela é um direito ou um negócio?



“Devemos trabalhar de maneira mais articulada e atuar em paralelo com a comunicação popular e com mudanças nas leis”, afirma.

LAVA-JATO

O presidente do Sindicato, Olímpio Alves dos Santos, abriu o debate com uma citação a Milton Santos, lembrando o papel despótico da informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde. Para Olímpio, a análise de Milton Santos se traduz como verdade no momento em que estamos vivendo.

“Nesse momento, fica muito claro o erro de não fazer mudanças na comunicação”, criticou Bia Barbosa, da coordenação executiva do Intervozes.

Para Bia, se a Globo fica 12 horas no ar cobrindo as manifestações contra o governo, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), uma emissora pública, também tem que cobrir.

O papel da mídia na Operação Lava-Jato também foi discutido em função de, na mesma semana, terem acontecido, desde as manifestações contra o governo no domingo (13), até outros acontecimentos que mexeram com o cenário político brasileiro.

Na segunda (14), o depoimento do ex-presidente Lula, realizado após condução coercitiva na sexta (11), foi a público. Na terça (15), a delação de Delcídio foi homologada. Na quarta (16), veio o anúncio de que Lula seria o novo Ministro da Casa Civil e, à noite, o juiz Sergio Moro liberou grampos telefônicos, inclusive da própria presidenta Dilma Rousseff. Na quinta (17), Lula foi empossado como ministro,



“Devemos trabalhar de maneira mais articulada e atuar em paralelo com a comunicação popular e com mudanças nas leis”.

BIA BARBOSA



“A mídia está julgando sem direito a defesa em um projeto, ao lado do judiciário, para levar a direita de volta ao poder na marra”

JORGE RUBEM FOLENA



“Democratizar a comunicação é essencial para garantir o exercício da democracia”.

FERNANDA RAMOS

ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes suspendeu, mais uma vez, a nomeação de Lula.

“É um projeto para levar a direita de volta ao poder na marra, com a mídia julgando, ao lado do judiciário, sem direito a defesa”, criticou o advogado e cientista político Jorge Rubem Foleña de Oliveira.

Fernanda Ramos, da coordenação nacional da ENECOS, Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação, afirmou também que “democratizar a comunicação é essencial para garantir o exercício da democracia”.

Ela citou como exemplos os debates sobre a redução da maioria penal, os direitos das mulheres e da criminalização dos movimentos sociais como consequências diretas da atuação da mídia comercial, seja nos programas policiais que incentivam o lema “bandido bom é bandido morto” como em jornais que tratam crimes contra as mulheres como crimes “passionais”.

mas uma liminar do juiz federal Itagiba Catta Preta Neto, da 4ª Vara do Distrito Federal, suspendeu a posse de Lula. O pedido, no entanto, foi suspenso pelo desembargador e presidente do Tribunal Regional da Primeira Região (TRF-1), Cândido Ribeiro. Na sexta (18), o

Diretor do SENGE-RJ encontra estudantes da UFF

Marco Antonio Barbosa foi um dos palestrantes do VII ConeUFF, realizado em Friburgo

O diretor do SENGE-RJ Marco Antonio Barbosa participou, no dia 12 de março, de um debate no VII Congresso de Estudantes da UFF (ConeUFF). Marco Antonio foi um dos integrantes da mesa “Soberania Nacional, Ciência, Tecnologia e Inovação”, ao lado de Hugo Valadares Siqueira, da Universidade

Tecnológica Federal do Paraná, e Thiago Renault, diretor da Agência de Inovação da UFF. Durante o Congresso, o SENGE-RJ participou com a exposição Engenheiro Rubens Paiva, presente!

Durante a palestra, Marco Antonio frisou que o SENGE-RJ faz um sindicalismo em defesa da soberania nacional. “Usando Rubens Paiva como gancho, podemos falar sobre a situação em nosso país. Paiva defendia as empresas nacionais, como a Petrobras”, disse.

O diretor também conversou com alguns estudantes antes da palestra. Contou um pouco da história de Rubens Paiva, especialmente seu histórico de lutas na juventude. Ele também falou sobre a importância de não deixar o que aconteceu durante a ditadura militar ser esquecido.

“Daqui a vinte anos, essa história pode ser esquecida. Por isso que hoje tem gente que pede a volta da ditadura. Elas não têm noção do que aconteceu”, criticou. “Isso não pode

acontecer com conhece a história do país”, completou a estudante de psicologia Dayane Sommer, do campus Gragoatá.

O professor Hugo Valadares Siqueira destacou ainda, durante a palestra, que o viés deve ser sempre social.

“Temos a ideia da tecnologia como desenvolvimento de produto, com viés econômico. No entanto, temos que pensar na inovação como algo bom para o desenvolvimento do Brasil”, defendeu.



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br

comunicacao@sengerj2.org.br